



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

**DECRETO DO EXECUTIVO Nº 10832/2010**

Ementa

**REGULAMENTA O INCISO IX, DO ART. 15, DA LEI MUNICIPAL Nº 3525, DE 18 DE MARÇO DE 1998, QUE DISPÕE SOBRE LOTEAMENTOS, ARRUAMENTOS, RETALHAMENTOS DE IMÓVEIS EM GERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Data da Norma

Data de Publicação

Veículo de Publicação

**23/09/2010**

Observações

**Autor EXECUTIVO MUNICIPAL**



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA**

**SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

**DECRETO Nº 10.832 DE 23 DE SETEMBRO DE 2010.**

***“Regulamenta o inciso IX, do art. 15, da Lei Municipal nº 3.525, de 18 de março de 1998, que dispõe sobre Loteamentos, Arruamentos, Retalhamentos de Imóveis em geral, e dá outras providências”.***

**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ**, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**CONSIDERANDO** as exigências da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SMA), denominado “Município Verde Azul” o qual o município de Indaiatuba está inscrito, e o disposto no art.15, inciso IX da Lei Municipal nº 3.525 de 18 de março de 1998, que dispõe sobre Loteamentos, Arruamentos, Retalhamentos de Imóveis em geral, e dá outras providências,

**CONSIDERANDO** a solicitação da Secretaria Municipal de Urbanismo e do Meio Ambiente e o que mais consta do Processo Administrativo nº 17.468/2010,

### **DECRETA:**

**Art. 1º** - Para a aprovação de projeto de loteamento, ou condomínios de qualquer natureza, deverá ser apresentado projeto de Arborização Urbana, devidamente elaborado por um responsável técnico, à Secretaria Municipal de Urbanismo e do Meio Ambiente, de acordo com o plano de Arborização urbana do Município, a saber:

**I** - as mudas a serem plantadas deverão ter no mínimo 2 metros de altura e DAP - diâmetro de tronco a altura do peito, de no mínimo 1,0 cm;

**II** - deverá ser contemplada a plantação de no mínimo 01 espécie de árvore a cada lote, fração ideal ou área privativa de 250 m<sup>2</sup>, decorrente de parcelamento ou edificações em condomínio;

**III** - manutenção da arborização executada por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias após o término da execução do plantio, para o respectivo recebimento pela Prefeitura.

**Parágrafo único**- As mudas a serem plantadas poderão ser doadas pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente ou adquiridas pelo proprietário do imóvel.



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA**

**SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

**Art. 2º** - No caso de calçadas com fiação aérea, deverão ser plantadas espécies de pequeno e/ou médio porte e, nas calçadas livres de fiação elétrica, espécies de médio e/ou grande porte, devidamente identificadas no projeto e aprovadas pelo órgão de meio ambiente do Município, conforme resolução baixada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente.

**Art. 3º** - Caso haja previsão de realização de jardinagem nas áreas comuns dos empreendimentos a que se refere o artigo 1º, esta deverá ser executada preferencialmente com o plantio de grama da espécie "zoyzia japonica", ou outra desde que previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e do Meio Ambiente.

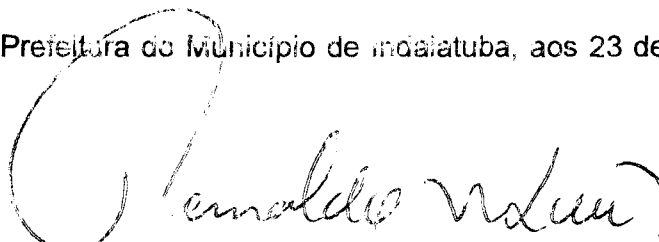
**Art. 4º** - Na impossibilidade de execução do projeto de imediato pelo empreendedor e ou proprietário, em decorrência das características do empreendimento, mediante justificativa devidamente fundamentada e aceita pela Administração Municipal, poderá ser efetuado depósito do valor integral da execução do projeto, cujo orçamento deverá ser previamente aprovado pelos órgãos técnicos.

**Parágrafo único** - O não cumprimento do disposto no *caput* deste artigo sujeitará o empreendedor e ou o proprietário do imóvel às penalidades constantes no artigo 16 da Lei Municipal nº 3.525 de 18 de março de 1998.

**Art. 5º** - Os fornecedores de produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira que queiram participar de processos licitatórios e obras públicas, devem estar cadastrados e regularizados perante o Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas, que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos de origem nativas da flora – CADMADEIRA, ou no órgão responsável do estado de origem dos produtos.

**Art. 6º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaiatuba, aos 23 de setembro de 2010.

  
**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ**  
**PREFEITO**